

## REVOLUÇÃO COLORIDA E GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

Domingos Sávio Corrêa<sup>1</sup>  
Marta da Silveira Luedemann<sup>2</sup>

**Resumo:** A Geografia Política brasileira encontra-se diante do desafio de explicitar as consequências da deposição da Presidenta Dilma V. Rousseff, através de um *impeachment* sem crime de responsabilidade e desprovido de qualquer relação ou acusação de corrupção. Assim, este trabalho procura ressaltar esse movimento, articulado por forças diversas, com suspeita de financiamento estrangeiro, conduzindo o Brasil ao processo de mudança de regime, cujo enredo inicia-se com protestos de setores da classe média, denúncias de espionagem, política externa soberana e confunde-se com crise econômica e política. Após o impeachment impetrado contra Dilma, foram firmadas as ações das petroleiras e do capital financeiro estadunidense sobre as reservas de petróleo do pré-sal e a financeirização da economia brasileira.

**Palavras-chave:** Impedimento. Revolução Colorida. Mudança de Regime. Geopolítica.

## COLOR REVOLUTION AND BRAZILIAN COUP D'ETAT

**Abstract:** Brazilian Political Geography is faced with the challenge of explaining the consequences of the deposition of President Dilma V. Rousseff, through an impeachment without a crime of responsibility and devoid of any involvement or accusation of corruption. Thus, this work seeks to highlight this movement, articulated by different forces, with suspicion of foreign financing, leading Brazil to the process of regime change, whose plot begins with protests by sectors of the middle class, allegations of espionage, sovereign foreign policy and is confused with economic and political crisis. After the impeachment filed against Dilma, the actions of oil companies and US financial capital on the pre-salt oil reserves and the financialization of the Brazilian economy were signed.

**Keywords:** Impeachment. Color Revolution. Regime Change. Geopolitics.

## CAMBIO DE RÉGIMEN Y GOLPE DE ESTADO EN BRASIL

**Resumen:** La Geografía Política Brasileña enfrenta el desafío de explicar las consecuencias de la destitución de la Presidente Dilma V. Rousseff, a través de un juicio político sin delito de responsabilidad y desprovisto de toda implicación o acusación de corrupción. Así, este trabajo busca resaltar este movimiento, articulado por diferentes fuerzas, con sospecha de financiamiento extranjero, que lleva a Brasil al proceso de cambio de régimen, cuya trama comienza con protestas de sectores de la clase media, denuncias de espionaje, política exterior soberana y se confunde con crisis económica y política. Tras el impeachment presentado contra Dilma, se

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, Brasil, [domingos.correa@igdema.ufal.br](mailto:domingos.correa@igdema.ufal.br), <https://orcid.org/0000-0003-0320-3666>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, Brasil, [martaluedemann@igdema.ufal.br](mailto:martaluedemann@igdema.ufal.br), <https://orcid.org/0000-0003-2307-8292>

firmaron las acciones de las petroleras y del capital financiero estadounidense sobre las reservas de petróleo del presal y la financiarización de esta economía.

**Palabras clave:** El proceso de destitución. Revolución colorida. Cambio de Régimen. Geopolítica.

## Introdução

O presente trabalho aborda o processo iniciado em 2013, no Brasil, a partir das “jornadas de junho”, manifestações que culminaram com o *impeachment* de Dilma Rousseff e suas consequências. Este trabalho dialoga com a obra de A. Mamigonian, principalmente a produção pós-1990, quando os governos liberais de Collor e FHC passaram a gerenciar no Brasil os interesses corporativos e financeiros internacionais, sobretudo estadunidenses, promovendo o desmonte do setor financeiro e da indústria nacional, de suas empresas estatais de infraestrutura e energia. Contribuíram para a análise das revoluções coloridas, ou guerra híbrida, autores como: Bandeira (2013; 2016), Korybko (2018), Casimiro (2018), e Escobar (2016). Em síntese, a apropriação dos recursos naturais, em especial da energia pelo setor financeiro internacional, teve a correspondência da burguesia nacional, com as reformas trabalhista e previdenciária (respectivamente nos governos antinacionais de Temer e Bolsonaro), com isenção de R\$ 20 bilhões em dívidas acumuladas por corporações nacionais de bancos, transportes, agronegócio etc. Como consequência, o contribuinte aumentou em cinco anos seu aporte previdenciário.

No caso do movimento político, após o *impeachment* ocorrido em 2016, constata-se a deflagração de um processo que remonta ao seu início em dois processos paralelos e articulados: 1) a derrota de José Serra (PSDB), em 2010, seguida da derrota de Aécio Neves (PSDB) em 2014, portanto a derrota das políticas das quais ambos são representantes; 2) os movimentos de rua, instigados por organizações não-governamentais financiadas por corporações nacionais e estrangeiras, com financiadores privados como os irmãos Koch (setor petrolífero). Em meio a reivindicações por melhoria nos transportes urbanos e investimentos em saúde e educação, surgiu a palavra de ordem contra a realização da Copa do Mundo de Futebol (o movimento “Não Vai Ter Copa”) ao tempo em que foram denunciadas operações de espionagem contra o governo Dilma Rousseff e a maior empresa brasileira, a estatal Petrobras.<sup>3</sup> Até mesmo o programa “Fantástico”, da

---

<sup>3</sup> Entre os dias 5 e 7 de junho de 2013, os jornais “The Guardian” e “Washington Post” publicaram os primeiros dados “vazados” por Edward Snowden, ex-técnico da NSA, agência a serviço da Central de

Rede Globo de Televisão, noticiou que a Petrobras havia sido espionada pelos EUA (FERNANDES, 2020).

Seja qual for a denominação – golpe branco ou “brando”, político-jurídico-midiático ou “soft”, e suas variantes, ou a referência mais comportada e disseminada pelo oligopólio midiático, de que não se trataria de um golpe, o Brasil tornou-se alvo das operações relacionadas a mudança de regime. O Brasil elegeu um candidato – Luiz Ignácio Lula da Silva, em 2002, considerado de centro-esquerda, reeleito em 2006 e que, por sua vez, elegeu sua sucessora em 2010, também reconduzida pelo mesmo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2014. Ao contrário do ex-presidente Fernando Henrique, que não conseguiu eleger seu herdeiro político. Ressalte-se que FHC não poderia ter se beneficiado da reeleição, instrumento previsto na Constituição de 1988 para o sucessor do presidente que enviasse a emenda ao Congresso Nacional. A aprovação desse instrumento constitucional, em 1997, ocorreu em meio a denúncias de compra de votos que não foram apuradas, uma entre outros casos de corrupção que marcaram o governo FHC, insatisfatoriamente investigados ou “engavetados”, como as privatizações que, por suas irregularidades, passaram à história como “privataria tucana” (RIBEIRO JR., 2011) e FHC como o “príncipe da privataria” (DÓRIA, 2013). Boito Jr. (2018) mostra que FHC tinha indicado no judiciário elemento capaz de engavetar denúncias.

Pode-se afirmar que o conjunto dos fatos que caracterizaram o *impeachment*, configuraram um golpe de Estado: 1) se jurídico, devido a atuação dos responsáveis pela Operação Lava Jato; 2) parlamentar, devido ao chamado “terceiro turno”, imposto pelos questionamentos do resultado eleitoral de 2014, o protagonismo de uma Câmara Federal envolvida em crimes de corrupção (como o caso de E. Cunha, ex-presidente da casa); 3) midiático, pela atuação das empresas do oligopólio midiático, atuando como instituição partidarizada, e ausência de veículos de informação distintos, com linhas editoriais divergentes; 4) ou empresarial, pela atuação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e empresas que apoiaram o golpe, foi movimento que, apesar de não realizado nos moldes tradicionais, desfechado por forças militares, retirou do poder uma presidenta eleita por mais de 54 milhões de eleitores e, principalmente, sem qualquer crime de responsabilidade.

---

Inteligência Americana, referentes aos programas de vigilância dos EUA. Tais operações foram eufemisticamente chamadas de “monitoramento”. Além de D. Rousseff, também Angela Merkel era vigiada.

### **Revolução colorida, Primavera Árabe e as jornadas de junho de 2013**

Foram definidos como revoluções coloridas uma série de movimentos insurgentes, por vezes contrarrevolucionários, ocorridos após o desmoronamento da URSS. Depois foram deflagradas as “primaveras”, inicialmente pela região norte do continente africano, Tunísia (Revolução de Jasmim, 2011), Líbia e Egito (2011), Marrocos e Argélia, e em países do Oriente Médio como Jordânia, Síria, Omã, Iêmen etc. Movimentos distintos entre si, denominados para caracterizar sua localização, por exemplo, “revoluções coloridas” (exceto Líbano) em países que orbitaram a URSS, realizados na primeira década do século XXI, e as “primaveras árabes”, em países muçulmanos, localizados no Norte da África e no Oriente Médio, na segunda década do século. O propósito aqui não é contrastar tais processos, analisar motivações ou contradições, mas generalizar semelhanças sobre suas formas de organização em relação ao ocorrido no Brasil. Ressaltar, como aproximação entre eles, como efeito de semelhança, a participação de organizações não-governamentais, instituições estrangeiras e arranjos novos, como a utilização de formas rápidas de comunicação através das redes sociais (CASTELLS, 2013; BANDEIRA, 2013). No tópico seguinte serão tratadas algumas dessas instituições/organizações.

De acordo com Bobbio (1998), a definição de “Golpe de Estado mudou no tempo”. Sendo assim, esse

fenômeno em nossos dias manifesta diferenças em relação ao que, com a mesma palavra, se fazia referência três séculos atrás. As diferenças vão desde a mudança substancial dos atores (quem o faz), até a própria forma do ato (como se faz). Apenas um elemento se manteve invariável, apresentando-se como o traço de união entre estas configurações: o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado (BOBBIO, 1998, pg. 545).

Na história recente do Brasil, o golpe contra G. Vargas, em 1945, finalizando o Estado Novo e infligindo uma política liberal, executada pelo General Dutra, garantiu a retomada dos interesses norte-americanos. Posteriormente, Vargas retornou ao poder pelo voto e com um projeto de industrialização pautado em políticas de desenvolvimento e infraestrutura, em indústria de base e investimento em ciência e tecnologia. A reação do capital estrangeiro levou ao suicídio daquele presidente. Um golpe sem uso da força militar, um golpe midiático, baseado em

provas falsas derivadas da “República do Galeão”. No caso atual, trata-se de um conjunto de agentes relacionados ao Estado brasileiro, representações no Poder Legislativo e outros, como Polícia Federal e parcela do Poder Judiciário, bem como feições desses poderes associados a interesses empresariais e ao oligopólio midiático. Portanto, as forças de oposição resultaram de divisões na base de apoio, conectadas a outras forças políticas compactuando com o vice-presidente Michel Temer, deputado por São Paulo e à época presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – o que configurou uma modalidade de golpe nos moldes do exposto por Nogueira.

É a tomada do poder por um grupo, valendo-se dos funcionários que compõem a estrutura permanente do Estado, como a burocracia, as forças armadas e a polícia. Os golpes se distinguem das revoluções por não pretenderem mudar a estrutura social e política, mas simplesmente substituir um grupo dirigente por outro. (NOGUEIRA, 2010, p. 191).

Acusações diversas e infundadas motivaram o processo de *impeachment*, por isso o referido episódio assemelha-se a um golpe. Não um “golpe de estado” no sentido clássico, desfechado por força militar, como em 1964, mas desenvolvido a partir de operações de guerra psicológica, de contrainformações e articulado ao menos desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Os movimentos de rua, após repressão pela polícia paulista foram testados para desgastar a imagem do governo federal, pois a repressão estimulou o movimento. Este foi o período da entronização do ódio na política brasileira (AB’SÁBER, 2015).

As denúncias de espionagem, feitas por E. Snowden sobre o governo de Dilma Rousseff e a Petrobras não eram infundadas. Assim, a reativação da IV Frota dos EUA, em 2008, desativada desde os anos 50 (GUIMARÃES, 2015), estava diretamente relacionada com a descoberta do petróleo na camada Pré-Sal, o desenvolvimento do projeto do submarino movido a energia nuclear, a aquisição dos caças militares e a afirmação de uma política desenvolvimentista. Com relação a diplomacia brasileira, o projeto de integração Sul-Sul alçou o Brasil à tentativa de mediação do acordo nuclear entre Irã-EUA, a participação nos BRICs e a retomada de acordos com países da África e Ásia (AMORIM, 2015).

Outros movimentos, a partir de 2011, constituídos no âmbito do processo conhecido como “Primavera Árabe”, estudados por Moniz Bandeira (2013; 2016), levaram à derrubada de regimes com longo histórico de apoio dos EUA, como Tunísia e Egito, onde foram levantadas as bandeiras contra a corrupção e pela

democracia. No caso da Líbia, as mesmas bandeiras voltaram-se contra um inimigo dos EUA que aceitou indenizar as famílias das vítimas de atentados terroristas e desmontar seu arsenal de armas químicas, tornando-se indefeso aos ataques das forças externas, que causaram a deposição e o assassinato de Muammar Gaddafi, em outubro de 2011 (BANDEIRA, 2016). A Líbia atualmente é palco de guerra civil e rota de imigrantes clandestinos rumo a Europa.

No Egito, a “Primavera” transcorreu com a deposição de Hosni Mubarak, em 2011, seguida pela eleição de Mohammad Mursi, candidato pelo Partido da Liberdade e da Justiça (Irmandade Muçulmana), ele também deposto em 2012. Em seu lugar assumiu o Cel. do Exército Al Sissi (atualmente general) ainda no poder. “Primavera Árabe” foi o pano de fundo de movimentos por democracia e contra a corrupção. Assim, depreende-se como os golpes começam, mas não se sabe jamais como terminam. Em outros países – principalmente Ucrânia, Irã e Venezuela –, foram verificados movimentos políticos apoiados pelos EUA (na Ucrânia o governo pró-russo foi derrubado em 2014; no Irã ocorreu o assassinato de cientistas nucleares e do Gal. Qassem Soleimani, comandante da Guarda Revolucionária, assassinado no Iraque em 2020, por ordem do governo norteamericano; na Venezuela, apoiaram um “autointitulado” presidente interino de oposição ao governo chavista de Maduro).

Em todos esses “movimentos”, aparece o apoio de instituições dos EUA, consideradas “de fachada”, para transmissão de recursos oriundos do governo dos EUA (agências de informação e inteligência, empresas, fundações, organizações não-governamentais, *think tanks* etc.).

No caso do Brasil, além das empresas de comunicação trabalhando pelo *impeachment*, sem neutralidade, sob o disfarce de inexistente isenção, verificou-se, além da própria FIESP, o apoio de empresas privadas brasileiras e estrangeiras, com atuação no território nacional, que financiaram o movimento pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Interesses relacionados a indústria do petróleo também estiveram presentes, como o apoio da família Koch (setor petrolífero dos EUA), conforme noticiado pela mídia nacional.<sup>4</sup>

Ressalte-se, além dos apoios empresariais, o surgimento de “organizações” como “Movimento Brasil Livre” (MBL), “Vem Pra Rua” e “Revoltados Online”, entre

---

<sup>4</sup> Os irmãos Charles e David Kock, pertencentes à *Mont Pelerin Society*, fundaram a *Americans for Prosperity*. Eles foram os que mais investiram em falsas organizações de direitos sociais no Brasil, como o MBL etc.

outras, financiadas e inspiradas em S. Bannon, que despontavam com elementos e slogans da insatisfação principalmente dos setores médios e de maior renda da sociedade. Essas organizações surgiram na esteira das “jornadas de junho” de 2013, tramadas nas lutas contra os reajustes nas tarifas de transportes. Do Movimento pelo Passe Livre (MPL) ao Movimento Brasil Livre (MBL) foi apenas um passo. De forma oportunista, tais grupos assomaram, em meio as manifestações violentas de grupos de *black blocs*, formados principalmente por jovens, em manifestações germinando fascismo e confrontando partidos de esquerda, reivindicando intervenção militar e atacando o Supremo Tribunal Federal. Rubens Casara (2018) afirma que a crise política do período “revelou tanto a descrença na democracia representativa quanto a tradição autoritária em que a sociedade está lançada” (p. 181).

Casimiro (2018), mostra a criação no País de organizações e eventos fundamentados na ideologia liberal conservadora, com a finalidade de atrair lideranças de vários setores sociais, principalmente patronais. A partir da década de 1970, são constituídas instituições com este objetivo, sendo o Instituto Atlântico, criado em 1973, o de maior acolhida pela burguesia nacional, procurando orientar o ideário do estado mínimo. A ação doutrinadora, responsável por incutir na burguesia nacional o liberalismo em oposição ao Estado Desenvolvimentista, veio com o Instituto Liberal, fundado em 1983, no qual participaram intelectuais e representantes de classe que formaram os futuros *think tanks* e outros aparelhos privados e lobistas no Brasil. O Fórum da Liberdade, maior evento de liberais conservadores foi criado em 1988, com caráter anual. Em 2006 foi criado o Instituto Millenium, e em 2011 o Instituto Von Mises do Brasil, que contava com a presença de O. de Carvalho, o ideólogo de setores radicais e extremistas.

No caso brasileiro, a propaganda contra a corrupção se intensificou em desrespeito ao resultado das eleições de 2014. Eleição que transcorreu sob ataques diversos, com os meios de comunicação afirmando que Lula e Dilma Rousseff teriam conhecimento da corrupção na Petrobras.<sup>5</sup>

Lembre-se que o ex-presidente Juscelino K. de Oliveira, foi preso quando da publicação do AI-5, em 13/12/1968. Antes do golpe de 1964, ele planejava concorrer

---

<sup>5</sup> Muitas contrainformações foram disseminadas pela rede, como a da morte do delator da Operação Lava Jato, A. Youssef, nas dependências da PF, no momento da realização do 2º turno das eleições de 2014. Obviamente, Alberto Youssef continua vivo.

a presidente em 1965, entretanto, teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar.

O papel do judiciário configurou a judicialização da política. No caso da operação Lava Jato, houve parcialidade e desrespeito às leis: as investigações partiam das delações premiadas, com vazamentos de determinadas informações à imprensa, levantando suspeitas sobre pessoas muitas vezes inocentes, em desacordo com o previsto em Lei (FERNANDES, 2020).<sup>6</sup> As conduções coercitivas abasteceram os noticiários televisivos e fortaleceram as operações, em intervenções calculadas para efeito midiático. O juiz responsável pela Lava Jato teria relação com a oposição da época; foi premiado pela maior rede de comunicação do País, a TV Globo, através do Instituto Millenium; e chegou a posar ao lado de políticos como João Dória Jr., filiado ao PSDB, e outros personagens.<sup>7</sup>

O Brasil encontrava-se em meio a processo político característico de “golpe”, em que influenciavam as “manifestações de rua”, com indivíduos vestindo as cores da bandeira brasileira. Foram impedidos manifestantes trajando vermelho, e a presença de partidos políticos e seus símbolos, historicamente de esquerda. Sob o controle das redes sociais expulsaram políticos das manifestações, como aparente espontaneidade do movimento pelo *impeachment* a demonstrar isenção e descolamento da política tradicional.

Em 2013, a oposição ao governo incitava violência e destruição, muito diferente das manifestações de setores de esquerda, partidos, sindicatos e uniões de estudantes. Além dessas características do movimento pelo *impeachment*, em seu domínio apareceram manifestações pelo retorno dos militares à política (a nostalgia da Ditadura), e manifestações pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal. Bandeiras do integralismo brasileiro (movimento de cunho fascista, da primeira metade do século XX) retornaram em meio as manifestações e beiravam uma espécie de realidade paralela, tamanho o grau de manipulação dos integrantes dos movimentos conservadores. Atentados a sedes de partidos políticos, ao Instituto Lula, à União Nacional dos Estudantes e sindicatos – repetiram-se e ampliaram-se a

---

<sup>6</sup> E a coincidência da delação premiada de A. Youssef no caso (arquivado) do Banestado (PR) e esse mesmo doleiro delatando no âmbito da Operação Lava Jato, cujo nome parece tradução de expressão do inglês, assemelhada e mal copiada da Operação Mãos Limpas.

<sup>7</sup> Posteriormente o juiz renunciaria ao seu cargo para assumir o Ministério da Justiça, no governo Bolsonaro, e almejaria o posto de Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas terminou não sendo indicado ao cargo. Em 2022, o ex-juiz da Operação Lava Jato elegeu-se senador pelo Estado do Paraná.

partir de 2013 e culminaram com o *impeachment* da Presidenta Dilma, em agosto de 2016, além da prisão do ex-presidente Lula em abril de 2018.

Uma investigação seletiva, baseada em delações premiadas de cunho estritamente de oposição aos governos Lula e Dilma, desconsiderando em muitos casos denúncias que envolviam políticos de direita e centro-direita. Atingia frontalmente as empresas, seus diretores ou proprietários, beneficiando empresas estrangeiras do setor. Foi um processo de judicialização da política, de verdadeiro *lawfare* apoiado pelo oligopólio midiático, com parcialidade evidenciada pelo juiz da Lava Jato. Diversos políticos foram denunciados, os partidos de centro e direita, em comum acordo com o principal corrupto, o Presidente da Câmara dos Deputados, posteriormente afastado e preso. Nenhum ilícito envolvendo o nome da Presidenta Dilma foi encontrado.

O golpe impetrado contra Dilma, que causou seu afastamento em 12/05/2016, foi articulado para satisfazer interesses de setores da burguesia estrangeira, em relação ao petróleo, obras de infraestrutura e estaleiros (em especial o submarino movido a energia nuclear). O Senador paulista José Serra, candidato derrotado à presidência, tanto por Lula (2002), como por Dilma (2010), representou interesses da Chevron (conforme farto material exposto por diversos órgãos de imprensa), enquanto o ex-juiz causou: a) o saque da Petrobras, com o desmonte da empresa e extração ilícita de R\$ 2,5 bilhões para fundo que seria gestado por autoridades da justiça do Paraná; b) paralisação de grandes obras do PAC, causando demissão de centenas de milhares de trabalhadores, sendo posteriormente (29/11/2020) contratado pela administradora estrangeira da Odebrecht; c) uma das vítimas da Lava Jato foi o Almirante Othon Luiz Pinheiro, por determinação da justiça do Rio de Janeiro, em desdobramento da Lava Jato naquele estado; provavelmente não serão apenas coincidências as relações entre a Lava Jato e o Departamento de Justiça dos EUA. Assim, quebrar a Petrobras, em benefício da desvalorização e desnacionalização das ações, impedir o prosseguimento do PAC, inviabilizar a construção do submarino movido a energia nuclear e destruir o setor de construção civil nacional foi o grande feito dos agentes do judiciário submetidos aos interesses estadunidenses no Brasil. Na sequência, ocorreu a privatização da BR Distribuidora, então a segunda maior empresa brasileira, da TAG – Transportadora Associada de Gás e de refinarias – empresas do portfólio da Petrobras.

### **Atuação dos EUA por meio de suas agências de inteligência e instituições “sem fins lucrativos” – dois exemplos:**

**Fundação Ford:** criada em 1936 por Henry Ford, com sede em Nova York, considerada a maior organização filantrópica do mundo, cujo objetivo oficial é “promover a democracia e o combate à miséria”; entretanto, apontada pelo acadêmico e ativista político James Petras (apud Dória, 2013, p. 35) como “fachada” da agência de inteligência dos EUA para interferir em regimes políticos através de doações a outras instituições, como *Congress for Cultural Freedom*. James Petras aponta, ainda, as relações de um ex-diretor da Fundação, Richard Bissel, que mantinha relações com Allen Dulles (ex-diretor da CIA), responsável pelo projeto MK-ULTRA que, “sob a coordenação de Sidney Gottlieb desenvolveu os experimentos com LSD e outras drogas em seres humanos sem o conhecimento das vítimas” (DORIA, 2013). Fundações como essa podem desempenhar um papel no isolamento de movimentos de oposição aos interesses estadunidenses. A Fundação patrocinou programas para desestabilizar movimentos de resistência às ditaduras na Indonésia e em outros países (DORIA, 2013).

A Fundação financia movimentos de oposição a regimes considerados hostis aos EUA, através do NED – National Endowment for Democracy –, instituição criada em 1983 para financiar cadeias de organizações não governamentais e governamentais, e colaborar no treinamento de grupos para “political warfare” (BANDEIRA, 2013). Pode-se afirmar que a estratégia da fundação já não visa o perigo comunista, mas investe na formação de líderes para compatibilizá-los com o pensamento hegemônico e dificultar ou impedir oposição aos interesses dos EUA. No Brasil, a Fundação atua desde 1959 e até 1985 havia realizado “289 convênios com instituições de todas as áreas do conhecimento” (FIGUEIREDO, 1988). Entre outros feitos, financiou a fundação do CEBRAP, sob a liderança de FHC, que mantinha contatos internacionais para fundar um instituto. Ele teria afirmado: “Não volto para o exílio. E dá, com os contatos internacionais que tenho, para fundar um instituto” (CARIELLO, 2009). Em sua biografia, afirma FHC: “Tive que buscar apoio em fundações internacionais e, naquela época, havia preconceito contra isso.” O lema da Fundação, “promoção da democracia e redução da pobreza” serve apenas para ocultar os interesses da CIA (DORIA, 2013). Saunders (2008) mostra que a Fundação canalizava secretamente dinheiro da CIA para áreas culturais. Em meados da década de 70, o cineasta Glauber Rocha escrevia: “No Brasil, o gancho

do Pentágono é o CEBRAP, que funciona em São Paulo”. Glauber “foi o primeiro a perceber, com 20 anos de antecedência, que o CEBRAP era um aparelho ideológico internacional que antecipava a política neoliberal das privatizações e da entrega de nossas riquezas”. Glauber chegou a afirmar: “FHC é apenas um neocapitalista, um kennedyano, um entreguista”. A primeira parcela da Fundação Ford disponibilizada ao CEBRAP foi de US\$ 145 mil, mas o montante do financiamento, em valores estimados, pode ter alcançado US\$ 1 milhão (DÓRIA, 2013).

### **A USAID – United States Agency for International Development**

A USAID notabilizou-se no Brasil pelos acordos realizados com o MEC após 1964 (total de 12 acordos até 1976), para realizar um projeto de reforma educacional que acabou por reduzir em um ano o ensino básico (ROMANELLI, 1978). Entretanto, a atuação da USAID não se restringe a reforma educacional. Através de uma série de convênios, ela forneceu assistência técnica ao IBGE durante a década de 1960. Sua influência foi particularmente marcante na origem das PNADs, gestadas e desenvolvidas dentro da concepção de pesquisas contínuas domiciliares proposta para as Américas pelo US Bureau of the Census (MARTINE, 2005, p. 270).

Também atuou na área demográfica, assim como a Fundação Ford e outras instituições, em programas de planejamento familiar e redução da taxa de fecundidade, marcadamente de cunho “controlista” e “neomalthusiano”. A USAID passou a atuar no Mundo e em especial na América Latina a partir de 1965, e no Brasil com atuação no campo e na Amazônia (MARTINE, 2005).

Entretanto, a atuação da USAID não se restringe às áreas da educação, produção camponesa, demografia e apoio a atividades comunitárias. A USAID transferiu milhares de dólares para o OTPOR<sup>8</sup> (atual CANVAS) em 1999, para a aquisição de materiais; OTPOR recebeu, ainda, US\$ 1,8 milhão do IRI (International Republican Institute). Os EUA, através da USAID, investiram mais de US\$ 23 milhões, em média, entre 1995 e 2002, só na assistência à mídia de oposição para a derrubada de S. Milosevic. Mais de US\$ 100 milhões foram investidos para a deposição de Milosevic, principalmente por George Soros (BANDEIRA, 2013).

Outras instituições podem ser mencionadas, tais como: Open Society (instituição fundada em 1993, nos EUA) pelo megainvestidor húngaro George Soros,

---

<sup>8</sup> OTPOR (traduzido do idioma sérvio) significa resistência. Movimento que auxiliou na deflagração do fim da Iugoslávia e a queda de Slobodan Milosevic.

tendo financiado campanhas do Partido Democrático (EUA) além de notabilizar-se por suas campanhas de defesa da legalização de drogas (SÁ, 2013). Canvas: (sigla em inglês para “centro para conflito e estratégias não-violentas”) fundado por dois líderes estudantis da Sérvia, que participaram da revolta que derrubaria S. Milosevic em 2000. Em documento vazado pelo WikiLeaks, consta análise sobre a Venezuela ainda sob Hugo Chavez, onde se lê:

Há uma tendência presidencialista forte na Venezuela. Como podemos mudar isso? Como podemos trabalhar isso? Além de afirmações como esta: Economia: o petróleo é da Venezuela, não do governo. É o seu dinheiro, é o seu direito... A mensagem precisa ser adaptada para os jovens, não só para estudantes universitários... E as mães, o que querem? Controle da lei, a polícia agindo sob autoridades locais. Nós iremos prover os recursos necessários para isso (VIANA, 2012).

O então presidente venezuelano H. Chavez acusou o grupo de ser golpista e estar a serviço dos Estados Unidos. “É o chamado *golpe suave*” (VIANA, 2012).

### **Globalização, neoliberalismo e novas formas de dominação do capital financeiro internacional**

Nos anos 1990, Batista Jr. (1998; 2007) mostrou que o termo “neoliberalismo” não condizia com as práticas dessa política, portanto seria mais adequado utilizar o termo “paleoliberalismo”; o neoliberalismo seria mais retrógrado do que o liberalismo dos séculos XVIII e XIX. A política do Consenso de Washington promoveu a quebra da economia nacional, com: abertura comercial, privatizações, invasão do capital estrangeiro, sobretudo especulativo – promovendo o desmonte de setores estratégicos como siderurgia, petróleo e gás, autopeças, minério de ferro, informática e telecomunicações.

Nos anos da década de 1990, FHC afirmou ser a “globalização um fato, e contra fatos não adianta brigar”, seu governo submeteu passivamente o Brasil às imposições do processo de globalização.

Além da continuidade da política de Collor, FHC ajustou-se ao Consenso de Washington para quebrar os bancos nacionais. Da mesma forma, a política cambial de paridade com o dólar e controle inflacionário terminaram por quebrar a indústria nacional e sua internacionalização, causando o aumento das importações.

O projeto de desmonte da industrialização brasileira foi realizado com método, obediência e rigor, um processo de desmonte realizado por brasileiros. Pochmann (2015) demonstra como mega acionistas e corporações estrangeiras corrompem

representantes legislativos e executivos. A análise dos anos 1990 é relevante para compreender a gênese da difusão do ideário do Estado Mínimo e a recondução do Brasil ao estágio de economia agroexportadora, semelhante ao período da República Velha: com dependência tecnológica, exportação de matérias-primas e sujeição aos interesses estrangeiros. Neste aspecto, José Serra teve papel crucial em dois momentos da nossa história econômica: apoio a submissão passiva à OMC, com a extinção da reserva de mercado da indústria de informática brasileira, através da Lei nº 8.248, de 23/10/1991, que pôs fim à Política Nacional de Informática (PNI).<sup>9</sup> Em seguida, foi conivente com os interesses da petrolífera Chevron. O anúncio da descoberta de petróleo na camada Pré-Sal ocorreu em 2007, quando a Petrobras começou a explorá-lo sozinha, totalmente responsável pelos investimentos e atividades diretas e indiretas. O PT derrotou Serra nas eleições de 2010, prejudicando os interesses de Chevron e Exxon-Mobil, conforme divulgação pelo WikiLeaks das conversas de Serra em 2011. Em 2013, Dilma comprometeu-se em utilizar os royalties do petróleo em Educação (75%) e Saúde (25%).

Em 2014, Dilma foi reeleita vencendo outro candidato do PSDB, Aécio Neves, que já era apoiado pelas organizações financiadas pela Open Society (G. Soros) e os irmãos Koch. Com o apoio de organizações como MBL, Vem Pra Rua e Revoltados On Line, entre outros, além das corporações de mídia, Aécio conseguiu apoio para desestabilizar o governo, aprofundando a impopularidade de Dilma diante da mídia e das redes sociais de direita. Um dia antes da oficialização do *impeachment* de Dilma, José Serra conseguiu aprovar seu Projeto de Lei nº 13.365/2016, de 30/11/2016, que revogava “a obrigatoriedade de exploração do Pré-Sal pela Petrobras” (Senado Notícias, 30/11/2016).

Santos (2000), propõe uma reflexão sobre a dicotomia ordem/desordem mundial. Além do fim da URSS, é na década de 1990 a invasão da Libéria, com a justificativa de resgatar norte-americanos e a primeira invasão dos Estados Unidos ao Iraque (Operação Tempestade do Deserto), na 1ª Guerra do Golfo, a primeira guerra a ser televisionada em tempo real, ao vivo, bem como a invasão da Somália (1992-1994), onde os soldados dos EUA combateram nas ruas da capital e foram derrotados (o mesmo ocorreu no Vietnã, e na saída desordenada dos norte-americanos de Saigon, e em 2021 na retirada do Afeganistão); o ataque a

---

<sup>9</sup> Entre 1989 e 1992, com apenas um ano do fim da política de reserva de mercado, as perdas da indústria foram de US\$ 7 bilhões para US\$ 5,8 bilhões e a redução de empregos de 74 mil para 38 mil no mesmo período (Jornal do Brasil, 30/09/1993).

instalações militares iraquianas, em 1993, sob as ordens de B. Clinton, como represália a um atentado terrorista que efetivamente não ocorreu; em 1994/1999, governo norte-americano envia tropas ao Haiti para devolver o poder ao presidente eleito, Jean-Bertrand Aristide, derrubado por um golpe – porém a operação visava evitar que o conflito provocasse uma onda de refugiados haitianos para os EUA; em 1996/1997 enviaram fuzileiros ao Zaire para invadir a área dos campos de refugiados Hutus; em 1997, invasão para retirar estrangeiros na Albânia.

Na América Latina, África e Ásia, os EUA interferiram em países ou para depor governos eleitos ou apoiar ditaduras articuladas por eles, sob o argumento da defesa da "democracia", ou pretexto de combate a corrupção.

Os EUA bombardearam várias cidades no Afeganistão, em resposta aos atentados do 11 de setembro 2001. Posteriormente iniciaram a guerra, e se retiraram do Afeganistão em 2021. Sob a alegação de Saddam Hussein possuir armas de destruição e financiar terroristas, G. Bush Jr. Invadiu o Iraque em 2003. A operação, batizada pelos EUA de "Operação Liberdade do Iraque", foi batizada por Saddam de "A Última Batalha", a guerra começou sem autorização da ONU, sob protestos de manifestantes e governos. As forças invasoras retiraram-se no período Obama, mas a violência aumentou (BORGES, 2011; BANDEIRA, 2013).

Os números referentes à guerra no Iraque são imprecisos, entretanto, estima-se que a guerra tenha vitimado cerca de 4370 soldados norte-americanos, 179 soldados britânicos e 139 não especificados, em um total de 4.688, diante da morte de 600.000 a 800.000 iraquianos, principalmente idosos, mulheres e crianças, no período 2003-2010, além de milhares de deslocados e refugiados.

### **Considerações finais**

No Século XX, os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel promoveram políticas industriais com planos nacionais e regionais de desenvolvimento. O desmonte da economia brasileira foi elaborado sob vários aspectos, seja no âmbito das ideias, a propagação do ideário da Escola de Chicago pelos economistas em universidades como PUC-RJ, FGV e USP, e em instituições públicas de pesquisa e associações patronais, a partir dos anos 1980. As crises interna e externa dos anos 1980, geraram a crise de financiamento do Estado, mas, ainda assim as políticas de substituição de importações, ampliação do leque de exportações com a adição de produtos industrializados, possibilitou ao Brasil crescer

mais do que o PIB dos países desenvolvidos (Rangel, 2005). A subordinação de economistas ao Consenso de Washington, à Bolsa de Nova Iorque, aos megainvestidores e grandes corporações, redundou nos elementos do capital financeiro concentrados geograficamente no País, foi o início da grande quebra da economia e das conquistas sociais. Sob o aspecto econômico, financeiro e político, os governos dos anos 1990 (exceção feita ao governo de Itamar Franco) adotaram as determinações do Consenso de Washington, a manutenção da dívida externa (com crescimento), o enfraquecimento do setor bancário nacional e as políticas de câmbio dos anos 1990, causaram a quebra de indústrias e de bancos (ambos integrados) e a desnacionalização do setor produtivo. O único setor capaz de reagir foi o agronegócio, com apoio tecnológico e financeiro Estatal, tendo se modernizado e acumulado vastas áreas do planalto central mecanizável, capaz de reverter o déficit criado pelos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique. As derrotas de Lula nas urnas em 1989, 1994 e 1998, foram acompanhadas de golpes ideológicos promovidos pelas corporações da grande mídia (imprensa e televisiva). Todavia refletiram o avanço dos governos “neoliberais” submissos à Washington na América Latina (Chile, Argentina, México, Uruguai). No fim dos anos 1990 e início dos 2000, o País alcançava uma das maiores carestias, tendo o tesouro nacional financiado a valorização irreal da moeda nacional e o déficit por importações predatórias, acumulando altos índices de desemprego (acima de 20%), que afetaram principalmente o setor secundário da economia – choque semelhante ao desmonte da URSS (como comparou Perry Anderson). Neste contexto, Lula vencer as eleições em 2002 e 2006, e garantir a eleição e reeleição da candidata Dilma nos governos subsequentes, resultou de políticas com caráter desenvolvimentista, sociais-democratas e com política externa integrada à agenda Sul-Sul e aos BRICs – ainda que o País continue dependente das exportações de matérias-primas (agronegócio e mineração). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi destinado ao setor de infraestrutura viária, portos, aeroportos, energia, habitação, educação, saúde, esporte, lazer e defesa nacional (militar), empregando mais de 500 mil pessoas e alavancando o setor de construção civil de grande porte. Para destruir a retomada do crescimento da economia brasileira, houve então ação conjunta (organizações não governamentais bancadas por grandes corporações e acionistas, divulgando *fake news* e contrapropaganda em redes sociais, representantes do executivo, legislativo, judiciário e a oligopólio midiático) para

desprestigiar os governos democráticos de Lula (mensalão etc.) e Dilma (corrupção Petrobras, pedaladas etc.) e projetar o *impeachment* como a primeira ação para dismantelar a Petrobras e entregar o pré-sal à Chevron e Exxon Mobil.

Disputas de caráter econômico ou político, e em busca de todos os tipos de recursos. O imperialismo persiste sob formas distintas, aparentemente novas, subjugando a tudo e a todos, enquanto etapa superior do capitalismo, avançando sobre suas áreas de interesse e linhas de expansão, criando divergências e fragmentações territoriais. Ordem e desordem, portanto, se alternam. Procurar definir e organizar o que por natureza mostra-se mutante, realidade inconstante e volátil – demonstra descrédito ou desprezo pela dialética. O mundo de hoje tem parcelas moldadas desde o início do século XX ou antes. Em termos históricos é pouco, mas em pouco tempo diversas mudanças ocorreram enquanto outras encontram-se em andamento, em um verdadeiro movimento de placas tectônicas, ao tempo em que rui uma hegemonia e assoma outra – oposta, divergente.

Há uma falsa contraposição entre mundialização e globalização, pois nenhum desses conceitos elucida plenamente o presente histórico, em um período em que, conforme Santos (2000) a *globalização* representaria a *etapa superior do imperialismo*. Essa discussão resulta, principalmente, de dois processos: a ascensão mundial do neoliberalismo e o vácuo da dissolução da União Soviética. Ambos trafegam em larga medida naquilo que usualmente é considerado como ideologia. Esta é entendida, aqui, como mecanismo que dificulta a compreensão dos processos históricos em andamento ou, por outro lado, estimula a incompreensão e a aceitação do falso, do simulacro como espelho da própria realidade, contramão do conhecimento e busca da razão.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Thales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha – memórias da política externa ativa e altiva**. S. Paulo: Benvirá, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégias dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A desordem mundial: o espectro da total dominação – guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "Armações internacionais". In: ALVES, G. (Org.) **Enciclopédia do Golpe: vol. 1**. Bauru (SP): Canal 6, 2017.
- BATISTA JR. Paulo Nogueira. Nacionalismo e desenvolvimento. **Novos Estudos** 77, março 2007.
- BATISTA JR. Paulo Nogueira. Mitos da globalização. **Estudos Avançados** 12 (32), 1998.
- BATISTA JR. Paulo Nogueira. O círculo de giz da globalização. **Novos Estudos** 49, novembro 1997.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOITO JR. A. **Reforma e crise política no Brasil**. S. Paulo: Editora da Unesp, 2018.
- BORGES, A. Invasões e golpes dos EUA pelo mundo. Disponível em <http://altamiroborges.blogspot.com.br/2011/03/invasoes-e-golpes-dos-eua-pelo-mundo.html>.
- CARIELLO, Rafael. Cebrap negociou, depois se engajou. **Folha de S. Paulo**, 06 de junho de 2009. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0606200908.htm> Acesso aos 25/03/2020.
- CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. R. de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASIMIRO, Flávio H. C. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DÓRIA, Palmério. **O príncipe da privatária**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ESCOBAR, Pepe. **Império do caos**. Rio de Janeiro: Revan, 2016,
- FERNANDES, Fernando Augusto. **Geopolítica da intervenção: a verdadeira história da Lava Jato**. S. Paulo: Geração Editorial, 2020.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. "O financiamento das Ciências Sociais. A estratégia de fomento da Fundação Ford e da FINEP." BIB, R. de Janeiro, n. 26, pp. 38-55, 2º semestre de 1988.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Lava Jato e os objetivos dos EUA. Disponível em <https://jornalggn.com.br/geopolitica/lava-jato-atendeu-objetivos-estrategicos-dos-eua-na-contramao-do-que-fez-lula-por-samuel-pinheiro/> Acesso aos 04/08/2019.
- KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MAMIGONIAN, Armen. O Mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia** v. 100, 2018, p. 173-205.
- MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, v. 01, n. 1, p. 007-044, Jul./Dez. 2019.
- MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In LEMOS, Amalia I. Geraiges de; Silveira, María L.; Arroyo, Mônica (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

- MARTINE, George. “O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares”. **Revista Brasileira de Estudos de População**, S. Paulo, v. 22, n. 2, p. 257-275, jul./dez. 2005.
- MELLO, Patrícia C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake News e violência digital**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.
- MIER, Brian. “Os EUA e golpe de 2016”. Disponível em Os EUA por trás do Golpe no Brasil — Conversa Afiada. Acesso aos 23/03/2020.
- NOGUEIRA, Octaviano. **Vocabulário da Política**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010.
- POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. S. Paulo: Ideias & Letras, 2015.
- RANGEL, Ignácio M. Apostasias. **Folha de S. Paulo**, Opinião Econômica, p. B-2, 02/01/1991.
- RANGEL, Ignácio M. Economia, milagre e anti-milagre. **Obras Reunidas**. V.2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1ª ed.
- RIBEIRO JR., Amaury. **A privatária tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1978.
- SÁ, Nelson de. Quem paga a conta? **Observatório da imprensa**. Edição 762, 3 de setembro de 2013.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SAUNDERS, Frances Stornor. **Quem Pagou a Conta? A CIA na guerra fria da cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- VIANA, Natalia. Revolução à americana. **Pública**. 18 de junho de 2012. Disponível em <https://apublica.org/2012/06/revolucao-a-americana/> Acesso aos 06/05/2016.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Domingos Sávio Corrêa** – Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

**Marta da Silveira Luedemann** – Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### HISTÓRICO

Recebido em: 30-06-2022

Aprovado em: 27-02-2023

